

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 20/XII/3.^a SL

Aos 4 dias do mês de dezembro de 2013, pelas 9 horas e 50 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Distribuição e admissão de petições;**
4. **Discussão e votação na especialidade da proposta de lei n.º 170/XII/2.^a (GOV) -
Procede à quinta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, transpondo a Diretiva 2013/1/UE do Conselho, de 20 de dezembro de 2012, que altera a Diretiva 93/109/CE do Conselho, de 6 de dezembro de 1993, no que se refere a alguns aspetos do sistema de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado-membro de que não tenham a nacionalidade;**
5. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais sobre a problemática das condições de organização e funcionamento do sistema prisional;**
6. **Apreciação e votação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PCP e do BE para audição do Ministro da Administração Interna sobre a atuação policial junto dos CTT, em Cabo Ruivo, no passado dia 28 de novembro de 2013, que impediu os Deputados de exercerem as suas prerrogativas constitucionais e legais;**
7. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
8. **Apreciação e votação das atas n.ºs 14/XII/3.^a a 19/XII/3.^a (correspondentes às reuniões de 5 a 27 de novembro de 2013);**
- 9 **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 20/XII/3.ª SL

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
<p><i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – Relatório Anual sobre as políticas da União Europeia em matéria de ajuda humanitária e de proteção civil e respetiva execução em 2012 [COM(2013)658].</i> <i>Obs: foi distribuída também à 2.ª CNECP</i></p>	Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)	<i>Não aplicável</i>
<p><i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E AO COMITÉ DAS REGIÕES – Reforçar as bases da regulamentação inteligente - melhorar a avaliação [COM(2013)686]</i></p>	Deliberado não escrutinar	Não aplicável
<p><i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Programa para a adequação e a eficácia da regulamentação (REFIT): resultados e próximas etapas [COM(2013)685].</i></p>	Deliberado não escrutinar	Não aplicável
<p><i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Armas de fogo e segurança interna na UE: proteger os cidadãos e combater o tráfico [COM(2013)716]</i></p>	Deputado António Gameiro (PS)	Não aplicável
<p><i>RELATÓRIO DA COMISSÃO - 30.º RELATÓRIO ANUAL SOBRE O CONTROLO DA APLICAÇÃO DO DIREITO DA EU (2012) [COM(2013)726]. Esta iniciativa tem dois documentos de trabalho associados [SWD(2013)432 SWD(2013)433].</i></p>	Deputada Francisca Almeida (PSD)	Não aplicável
<p><i>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre a União Europeia e a República do Azerbaijão sobre a facilitação da emissão de vistos [COM(2013)742].</i> <i>Obs: foi distribuída também à 2.ª CNECP</i></p>	Deliberado não escrutinar	Não aplicável
<p><i>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre a União Europeia e a República do Azerbaijão sobre a readmissão de residentes sem autorização [COM(2013)744]</i> <i>Obs: foi distribuída também à 2.ª CNECP</i></p>	Deliberado não escrutinar	Não aplicável

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 20/XII/3.ª SL

<p><i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Execução das duas declarações políticas conjuntas sobre os documentos explicativos acerca da transposição de diretivas pelos Estados-Membros [COM(2013)788].</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>Não aplicável</p>
<p><i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante [COM(2013)795]</i></p>	<p>Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)</p>	<p>18.12.2013</p>
<p><i>Proposta de REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que substitui as listas dos processos de insolvência, dos processos de liquidação e dos síndicos constantes dos anexos A, B e C do Regulamento (CE) n.º 1346/2000 relativo aos processos de insolvência [COM(2013)802]</i></p>	<p>Por deliberar o seu escrutínio em Comissão (pendente)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p><i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a avaliação intercalar do Programa Europeu de Monitorização da Terra (GMES) e suas operações iniciais (2011-2013) [COM(2013)805].</i> <i>Obs: foi distribuída também à 8.ª CECC e 11.ª CAOPTL</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>Não aplicável</p>
<p><i>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, e o Regulamento (CE) n.º 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento [COM(2013)794]. Esta iniciativa tem dois documentos de trabalho associados [SWD(2013)459 e SWD(2013)460]</i> <i>Obs: foi distribuída também à 6.ª CEOP</i></p>	<p>Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)</p>	<p>Não aplicável</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 20/XII/3.^a SL

Em seguida, foram admitidas, por unanimidade, as seguintes petições:

PETIÇÃO	PETICIONANTE (S)	ASSUNTO	DEPUTADA RELATORA
300/XII/3.^a	Associação dos Agentes de Execução	Solicita a não aprovação da proposta de Estatuto da Câmara dos Solicitadores.	Maria Paula Cardoso (PSD)
301/XII/3.^a	Joana Roque Lino	Solicita o não acolhimento da alteração estatutária, proposta pela Câmara dos Solicitadores, que prevê a incompatibilização do exercício das funções de agente de execução com o exercício do mandato judicial	Maria Paula Cardoso (PSD)

No quarto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, da [proposta de lei n.º 170/XII/2.^a \(GOV\)](#) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, transpondo a Diretiva 2013/1/UE do Conselho, de 20 de dezembro de 2012, que altera a Diretiva 93/109/CE do Conselho, de 6 de dezembro de 1993, no que se refere a alguns aspetos do sistema de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado-membro de que não tenham a nacionalidade.

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 4 de outubro de 2013, após aprovação na generalidade. O Grupo Parlamentar do PS apresentou propostas de alteração em 29 de outubro de 2013 e os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP apresentaram, em conjunto, propostas de alteração em 3 de dezembro de 2013.

No debate que antecedeu a votação, intervieram os Senhores Deputados Hugo Lopes Soares (PSD), Luís Pita Ameixa e Jorge Lacão (PS), para proceder à apresentação das propostas de alteração apresentadas pelos respetivos grupos parlamentares. Em seguida, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) manifestou a sua discordância em relação à indicação, nos boletins de voto, da filiação aos respetivos partidos políticos europeus dos partidos concorrentes, proposta apresentada pelo PS, posição que foi secundada pelo Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD); questionou a referência

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 20/XII/3.ª SL

feita à obtenção de informações relativas à saúde e não apenas à situação perante a justiça, prevista no artigo 14.º-C da proposta de lei; e alertou ainda para o facto de, na proposta de alteração ao artigo 5.º da Lei n.º 14/87, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, se considerarem inelegíveis os cidadãos da União Europeia privados do direito de se candidatarem por decisão judicial ou administrativa, sem que seja referida a suscetibilidade de recurso ou impugnação judicial, posição a que se associou o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS). Durante a discussão, o Senhor Jorge Lacão (PS) criticou o facto de a proposta de lei não observar os princípios de boa técnica legislativa, que aconselham a que a remissão para a orgânica interna do Governo seja feita em termos mais abstratos, tendo o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) também expressado discordância em relação à eliminação da referência aos Governadores Cíveis e à DGAI no texto proposto pelo PSD e CDS-PP, o que condicionou o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PS.

Da votação da proposta de lei e das propostas de alteração, na qual se encontravam presentes todos os grupos parlamentares, à exceção do PEV, resultou o seguinte:

❖ **Artigo 1.º (preambular) Objeto**

Na redação da Proposta de Lei n.º 170/XII - aprovado por unanimidade

❖ **Artigo 2.º (preambular) Alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril**

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP – aprovado com os votos a favor do PSD e do CDS/PP e abstenções do PS, do PCP e do BE

Na redação da Proposta de Lei n.º 170/XII – prejudicado

○ **Artigo 5.º (Inelegibilidade), aditamento de uma alínea i)**

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP – aprovado com os votos a favor do PSD e do CDS/PP, votos contra do PS e do PCP e a abstenção do BE

○ **Artigo 6.º (Incompatibilidades)**

Alínea b)

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP – aprovado com os votos a favor do PSD e do CDS/PP, votos contra do PS e abstenções do PCP e do BE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 20/XII/3.^a SL

Alínea c)

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP – aprovado por unanimidade

- **Artigo 9.º-A** (*Requisitos especiais de apresentação de candidaturas*)

N.º 1

Alínea a)

Na redação da Proposta de Lei n.º 170/XII - aprovada por unanimidade

Alínea d)

Na redação da Proposta de Lei n.º 170/XII - aprovada por unanimidade

N.ºs 2, 3 e 4

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP – aprovados com os votos a favor do PSD, do CDS/PP, do PCP e do BE e votos contra do PS

Na redação da Proposta de Lei n.º 170/XII - prejudicados

N.º 7

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP – aprovado por unanimidade

Na redação da Proposta de Lei n.º 170/XII - prejudicado

- **Artigo 11.º** (*Boletins de voto*)

Aditamento de um n.º 3

Na redação da proposta de alteração do PS - rejeitado com os votos contra do PSD, do CDS/PP e do PCP, votos a favor do PS e a abstenção do BE

Aditamento de um n.º 4

Na redação da proposta de alteração do PS - rejeitado com os votos contra do PSD, do CDS/PP e do PCP, votos a favor do PS e a abstenção do BE

- ❖ **Artigo 3.º** (*preambular*) *Aditamento à Lei n.º 14/87, de 29 de abril*

Na redação da Proposta de Lei n.º 170/XII – aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE

- **Artigo 14.º-C** (*Falsas Declarações*)

Na redação da Proposta de Lei n.º 170/XII – aprovado por unanimidade

- **Artigo 14.º-D** (*Verificação de elegibilidade de cidadão português*)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 20/XII/3.ª SL

N.º 1

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP – aprovado com os votos a favor do PSD, do CDS/PP, do PCP e do BE e votos contra do PS

Na redação da Proposta de Lei n.º 170/XII - prejudicado

N.º 2

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP – aprovado com os votos a favor do PSD e do CDS/PP, votos contra do PS e do PCP e a abstenção do BE

Na redação da Proposta de Lei n.º 170/XII – prejudicado

N.º 3

Na redação da proposta de alteração do PS – rejeitado com os votos contra do PSD, do CDS/PP e do PCP, votos a favor do PS e a abstenção do BE

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP – aprovado com os votos a favor do PSD e do CDS/PP, votos contra do PS e do PCP e a abstenção do BE

Na redação da PPL 170/XII – prejudicado

❖ **Artigo 4.º (preambular) Republicação**

N.º 1

Na redação da PPL 170/XII – aprovado por unanimidade

N.º 2

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP e com a substituição, apresentada oralmente, de “Ministério da Educação e Ciência” por “membro do Governo responsável pela área da educação” - aprovado por unanimidade

Na redação da PPL 170/XII – prejudicado

❖ **Artigo 4.º - A (preambular) Referências legais**

Na redação das propostas de alteração do PSD e do CDS/PP - aprovado com os votos a favor do PSD, do CDS/PP, do PCP e do BE e votos contra do PS

❖ **Artigo 5.º (preambular) Entrada em vigor**

Na redação da PPL 170/XII – aprovado com os votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do BE e a abstenção do PCP

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 20/XII/3.^a SL

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, solicitando a audição do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais sobre a problemática das condições de organização e funcionamento do sistema prisional, que, após um breve debate em que intervieram os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS) e Hugo Velosa (PSD), foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Foram, também, apreciados os requerimentos, apresentados pelos Grupos Parlamentares do PCP e do BE, solicitando a audição do Ministro da Administração Interna sobre a atuação policial junto dos CTT, em Cabo Ruivo, no passado dia 28 de novembro de 2013, que impediu os Deputados de exercer as suas prerrogativas constitucionais e legais, que, após um breve debate em que usaram da palavra os Senhores Deputados António Filipe (PCP) e Hugo Velosa (PSD) e a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguidamente, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.^{os} 14 a 19/XII (3.^a), correspondentes às reuniões de 5 a 27 de novembro de 2013, que foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Não havendo relatórios de iniciativas europeias para apreciar, nem outros assuntos a tratar, deu-se início à audição do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), que se fez representar pela Senhora Procuradora-Geral da República, Conselheira Joana Marques Vidal (Presidente do CSMP), e pelos Senhores Drs. António Barradas Leitão e José Carlos Jesus Ferreira Fernandes (Membros permanentes do CSMP), no âmbito da apreciação, na generalidade, da [proposta de lei n.º 185/XII \(3.^a\) \(GOV\)](#) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 36/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust e que altera a Decisão 2002/187/JAI relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade.

A Senhora Procuradora-Geral da República produziu uma intervenção inicial, que foi complementada pela do Senhor Dr. António José Barradas Leitão, após a qual, além do Senhor Presidente, o(a)s Senhor(a)s Deputado(a)s Ana Catarina Mendes (PS),

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 20/XII/3.^a SL

João Lobo (PSD), Teresa Anjinho (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Cecília Honório (BE), Jorge Lacão e Filipe Neto Brandão (PS) colocaram questões. No final, a Senhora Procuradora-Geral da República usou da palavra para responder às perguntas formuladas pelos Senhores Deputados, tendo o Senhor Dr. José Carlos Jesus Ferreira Fernandes também proferido uma intervenção complementar.

A audição foi gravada em áudio e [vídeo](#) e transmitida em diferido pelo Canal Parlamento.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 55 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de dezembro de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 8-01-2014

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 20/XII/3.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lacão
José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Elza Pais
João Oliveira
Margarida Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Paulo Rios de Oliveira
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: